

## **Os Institutos Federais e a Educação Profissional: uma década de implementação**

**Basso, Lucimara Del Pozzo<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>IFSP. e-mail: lbasso@ifsp.edu.br

**Resumo:** Este trabalho é um ensaio teórico que estuda a instituição da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e criação dos institutos federais a partir da criação da Lei n. 11892/2008. Tendo em vista as transformações políticas, econômicas e educacionais no contexto do neoliberalismo, este trabalho elucida o projeto de educação que fundamenta a criação dos institutos federais e, conseqüentemente, a expansão da educação profissional e tecnológica. Assim, o objetivo é estudar o movimento de expansão da educação profissional e tecnológica no Brasil iniciado em 2008 e apontar seus desafios, frente a atual proposta de educação do governo vigente. Por meio de estudo bibliográfico, constatou-se o crescimento da rede federal, de 214 unidades em 2008 para 644 unidades em 2016. Contudo, com as reformas educacionais ocorridas nos últimos dois anos, observa-se a redução de investimentos na educação impactando na expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e na manutenção da oferta da educação profissional no país.

**Palavras-chave:** educação profissional e tecnológica. institutos federais. rede federal de educação, profissional, científica e tecnológica.

**Linha Temática:** Políticas de Acesso e Permanência (PAP)

### **1 INTRODUÇÃO**

Estamos vivendo um período de constantes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na sociedade contemporânea. Essas transformações são reflexos dos avanços científico-tecnológicos e da reestruturação do sistema produtivo na reconfiguração do papel do Estado e na reorganização do trabalho.

A partir da segunda metade do século XX, assistimos uma grande transformação e desenvolvimento do sistema de produção capitalista. O neoliberalismo nasce como um projeto de modernização pautado nos paradigmas da liberdade econômica, da eficiência e da qualidade. Na educação, este modelo enfatiza o ensino privado, a formação das elites intelectuais; formação para o atendimento das demandas/exigências do mercado (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

No Brasil, observam-se as reformas educacionais neoliberais a partir da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual iniciou a abertura do mercado brasileiro e a política educacional atrelada às diretrizes das agências financeiras internacionais.

Considerando a educação como uma ação relevante para a transformação econômica e social do país, a partir do início dos anos 2000, enfatizou-se o investimento na educação. É neste contexto que se fundamenta a criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Na última década assistimos ao crescimento da oferta da educação profissional e tecnológica na rede federal de educação e por isso, se faz necessário estudar este movimento de expansão, iniciado em 2008 e, apontar seus desafios, frente a atual proposta de educação do governo vigente.

### **2 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS NO BRASIL (período de 1995-aos dias atuais)**

A partir do avanço e desenvolvimento do modo de produção capitalista, em especial, desde os meados do século XX, medidas neoliberais se intensificaram no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nesse período, assistimos a uma expansão do modelo capitalista neoliberal e de investimentos no campo educacional advindos das prerrogativas do Banco Mundial (BIRD) que vê na educação a melhor forma de aumentar os recursos dos pobres e aliviar as tensões no setor social.

As medidas propostas por FHC para a Educação incluíam, entre outras: a redução das taxas de responsabilidade do Ministério da Educação como instância executora; o estabelecimento de conteúdos curriculares básicos e padrões de aprendizagem; a implementação de um sistema nacional de avaliação do desempenho das escolas e dos sistemas educacionais para acompanhar a consecução das metas de melhoria da qualidade de ensino (CARDOSO *apud* ALTMANN, 2002, p.82).

O modelo de educação adotado no governo de FHC compara a escola a uma empresa, transportando da empresa à escola o modelo de gerenciamento. Além disso, a análise econômica é a principal metodologia para a definição de políticas educativas, já que muitas das propostas do Banco Mundial são criadas por economistas, sob a lógica econômica do mercado (ALTMANN, 2002).

À luz da perspectiva do mercado, os sistemas escolares são alocados como espaços para a qualificação dos sujeitos para atuarem no mercado de trabalho. De acordo com Azevedo (2004, *on-line*):

os requisitos de qualificação estão em constante alteração e aumento, por força das mudanças técnicas e das mudanças que ocorrem nas empresas, na organização do trabalho e nos campos profissionais, cada vez mais cresce a evidência da necessidade de ampliar o tempo de permanência nas escolas para uma população mais alargada, tendencialmente universal.

No governo de Fernando Henrique Cardoso foi promulgada a primeira lei geral sobre a educação após 1961: a LDB n. 9.394/96. Também é criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Outras políticas de avaliação foram elaboradas/ampliadas, dentre elas, a ampliação e o fortalecimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a criação e a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a ampliação e o fortalecimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Além disso, foi desencadeada uma ampla reforma curricular no Ensino Fundamental, através da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

Também neste governo ocorre um avanço significativo no que se refere à formação de professores. Com o intuito de divulgar um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino superior, são aprovadas as Resoluções CNE/CP 1 e 2/2002. A primeira institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, de Graduação em Licenciatura Plena e a segunda estabelece os mínimos de duração total de carga horária dos principais componentes desses cursos. Com a aprovação destas Resoluções, todos os Cursos de Licenciatura do país foram instados a reformularem suas configurações curriculares, adequando-as às novas orientações contidas nessas resoluções.

Já no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), a educação seria uma área de destaque. A fim de garantir a educação como direito, o projeto de educação do governo Lula obedeceria as seguintes diretrizes: “1) democratização do acesso e garantia de permanência; 2) qualidade social da educação e 3) instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 188).

No governo Lula outras políticas educacionais foram criadas e aprimoradas. O FUNDEF passa a chamar-se FUNDEB, incluindo, neste fundo, recursos para toda a educação básica, não mais somente para o Ensino Fundamental; expansão das universidades e institutos federais, com significativa ampliação da oferta de vagas de ingresso no Ensino Superior.

Também neste governo são criados importantes programas para a formação de professores: o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), cujo objetivo era promover o desenvolvimento e a consolidação de novas propostas curriculares comprometidas com a reformulação de conteúdos e metodologias de ensino, acompanhamento e avaliação dos diferentes cursos de licenciatura; e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), cuja finalidade centrava-se no apoio a iniciação à docência de estudantes de Cursos de Licenciatura, visando aprimorar a formação dos docentes, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica. Além dessas medidas, destacam-se também, o Plano de

Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa de Ações Articuladas (PAR) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDB).

No segundo governo de Lula (2007-2010), o PDE foi apresentado como um plano de Estado, visando articular ações do sistema educativo nacional, a fim de alcançar a melhoria da qualidade da educação básica. O PDE estava organizado em quatro eixos de ação: educação básica, ensino superior, alfabetização continuada e ensino profissional e tecnológico.

Sob o eixo do ensino profissional e tecnológico, é publicada a Lei n.11.892/2008 que cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e inicia-se um processo de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

### **3 OS IFs E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

A educação profissional e tecnológica é uma das modalidades de educação presentes na legislação brasileira. “O termo modalidade de educação diz respeito aos diferentes modos particulares de exercer a educação” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 361).

Conforme o art. 39 da LDB de 1996, a educação profissional e tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

A organização de cursos de educação profissional e tecnológica poderá ser feita por eixos tecnológicos, o que possibilita diferentes itinerários formativos. Seus cursos podem ser de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 362).

A educação profissional pode ser desenvolvida na forma articulada com o nível médio ou na forma subsequente, no caso de quem já concluiu o ensino médio.

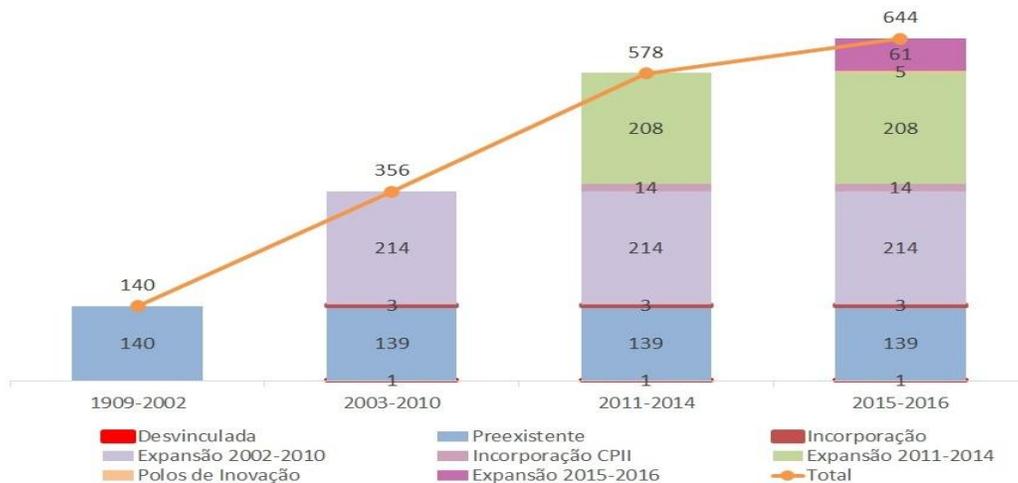
A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. “Os 38 institutos foram formados pela agregação de 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas federais e 8 escolas vinculadas às universidades” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 364).

Os IFs têm papel fundamental na promoção da educação tecnológica uma vez que são espaços que transcendem a formação para o mercado de trabalho. Os institutos são potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento e participar de uma prática interativa com a realidade. Os IFs amalgamam o trabalho, ciência/tecnologia e cultura.

Em síntese, os Institutos Federais, por meio da educação tecnológica, priorizam a formação de cidadão, na sua qualidade de pessoa humana, crítico e consciente para fazer a história do seu tempo com possibilidade de criar novas tecnologias e fazer uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana; além de ter condições de, convivendo com o outro, participando da sociedade em que vive, transformar essa sociedade em termos mais justos e humanos.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, tem vivenciado a maior expansão de sua história. Conforme mostra o gráfico a seguir:

#### **Gráfico 1: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil: 1909 -2016)**



Fonte: MEC. Disponível em: < <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 08 julho 2018.

Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets (RJ e MG), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica (UTFPR).

Constata-se, por meio da interpretação do gráfico, que o movimento de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, iniciado no governo de Luis Inácio Lula da Silva, estava imbricado com o Programa de Educação desse governo que via a educação como uma ação relevante na transformação da realidade social e econômica.

O governo de Dilma Rousseff (2011-2014) deu continuidade às políticas do governo anterior, mantendo os principais programas de educação e de políticas públicas sociais, em especial, a continuidade ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o compromisso em garantir educação para igualdade social, a cidadania e o desenvolvimento (LIBANEO, p. 206).

De acordo com o gráfico acima, é possível observar o expressivo aumento da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica pós a criação dos IFs. De 214 unidades em 2008 para 644 unidades em 2016.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é uma autarquia federal de ensino, que iniciou sua história desde 1909 com a inauguração do ensino técnico no Brasil. Com a transformação em Instituto Federal, no final de 2008, o IFSP tem como objetivo destinar 50% das vagas para os cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas para os cursos de licenciatura, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, além de ofertar cursos de formação inicial e continuada, tecnologias, engenharias e pós-graduação, conforme previsto na Lei de criação dos IFs.

O IFSP está organizado em diversos câmpus do estado de São Paulo e possui mais de 40 mil alunos matriculados nas 37 unidades distribuídas pelo estado.

Entretanto, após o impeachment da presidenta Dilma, o atual governo de Michel Temer (2016-2018) intensificou as medidas neoliberais, em especial, na educação, com a extinção de programas criados nos governos anteriores, como por exemplo, o Programa Ciência sem Fronteira e a implantação de reformas curriculares, como: a Reforma do Ensino Médio e a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, conseqüentemente, seus desdobramentos na formação inicial e continuada de professores, com a criação do Programa Residência Pedagógica e na política de materiais didáticos no país.

Essas medidas expressam o interesse das classes dominantes do país e reforçam a ideia da transferência de responsabilidade do Estado, no caso específico, a educação, para os setores privados. Entretanto, ao passo que o Estado transfere a responsabilidade de algumas ações, concomitantemente, são criados padrões de avaliação dos sistemas educativos para controle do Estado. Com a publicação do Decreto n. 9432, de 29 de junho de 2018, que regulamenta a política nacional de avaliação e exames da educação básica.

Além disso, o congelamento dos investimentos públicos por vinte anos, outra medida do atual governo, acarretará, provavelmente, muitas consequências para a educação, como por exemplo, o não cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) para a educação básica e para o estabelecimento do CAQ/CAQI (Custo aluno qualidade/Custo aluno qualidade inicial).

#### **4 CONCLUSÕES**

A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica vivenciou um movimento de expansão desde a publicação da Lei n. 11892/2008. Esse movimento foi reflexo de uma proposta de educação voltada para a cidadania e pensada como instrumento propulsor da transformação econômica e social do país.

Todavia, com as reformas educacionais ocorridas nos últimos dois anos, sob o governo de Michel Temer, observa-se a redução de investimentos na educação e, isso impacta negativamente, na educação profissional e tecnológica, uma vez que impede a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e compromete a manutenção da oferta da educação profissional de qualidade no país.

Assim, o posicionamento que se espera é o enfrentamento dessa proposta educacional instaurada no atual governo, no sentido de defender a educação pública de qualidade e com financiamento. A educação pública deve ter como objetivos fundamentais: a preparação para a vida em uma sociedade técnico-informacional; formação para cidadania crítica e participativa e a formação ética. Deseja-se que a escola forme cidadãos-trabalhadores capazes de agir sobre a realidade e transformá-la, e não apenas para incorporar ao mercado de trabalho.

#### **REFERÊNCIAS**

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 28, n.1, 2002. p.77-89.

AZEVEDO, J. **A educação básica e a formação profissional face aos novos desafios econômicos**, 2004. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/administracion/azevedop.htm>. Acesso em 08.jun.18.

BRASIL. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

BOULOS, G. 12 retrocessos em 12 meses de Temer. In: **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/12-retrocessos-em-12-meses-de-temer> Acesso em: 15/05/2017.

COSTA, A. C. **As relações entre Estado e Escola no Neoliberalismo**: a função social da escola no Estado mínimo e as novas orientações às políticas educacionais. Curitiba: Appris, 2013

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1999.

GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **Educação tecnológica**: desafios e perspectivas. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.